

Uma República de cientistas na Era Vargas: A atuação científica e política de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945)

Diego Rodrigo Guimarães Leal

Resumo

O presente artigo situa-se no campo da História das Ciências e se propõe analisar a trajetória de Carlos Estêvão de Oliveira no aparelho estatal da Era Vargas após a Revolução de 1930. O intelectual pernambucano atuou por mais de uma década a frente desta instituição e estabeleceu parcerias interinstitucionais com órgãos e conselhos técnicos federais em um contexto em que estava sendo reorganizado o campo patrimonial brasileiro e sendo definido novas diretrizes para a sua salvaguarda. Essa análise busca contribuir para a compreensão da estreita relação que se estabeleceu entre intelectuais e o Estado, caracterizado pela disputa de poder e interesses pessoais. Além disso, ao buscar compreender a atuação de Carlos Estêvão de Oliveira no governo Vargas, procura-se dar ênfase de como a instituição administrada por ele passou a se tornar uma preocupação do poder central.

Palavras-chave: Cientistas. Museu Goeldi. Era Vargas.

Abstract

This article is set in the field of the History of Science and aims to Carlos Estêvão de Oliveira's career in the state apparatus of the Vargas Vargas era after the 1930 Revolution. O Pernambuco intellectual worked for more than a decade at the head of this institution and established inter-institutional partnerships and federal technical councils in a context in which the Brazilian reorganizing the Brazilian heritage field and defining new guidelines for its safeguarding. This analysis seeks to contribute to understanding the close relationship that was established between intellectuals and the state, characterized by power struggles and personal interests. interests. In addition, by seeking to understand Carlos Estêvão de Oliveira in the Vargas government, it seeks to emphasize how the institution he managed became a concern of the central power.

Keywords: Scientists. Goeldi Museum. Vargas Era.

Uma breve biografia de Carlos Estêvão de Oliveira.

Carlos Estêvão de Oliveira era de origem pernambucana e decidiu se transferir para Belém em 1908, com seu irmão mais velho, Luís Estêvão de Oliveira, por causa de embates com lideranças políticas locais. Depois de fixar residência nesta cidade e estabelecer estreita relação com o governador Augusto Montenegro, recebeu o convite para atuar como promotor de justiça em Alenquer por alguns anos. Em 13 de fevereiro de 1913, a pedido de João Antônio Luís Coelho, sucessor de Augusto Montenegro à frente do executivo estadual, foi transferido do município de Alenquer para a cidade de Belém para assumir o cargo público de segundo prefeito de Segurança Pública do Estado, o que equivale atualmente ao cargo de delegado de polícia. Um ano depois, foi nomeado consultor jurídico do Departamento de Obras Públicas, Terras e Viação, permanecendo neste cargo público por quase 16 anos (Cunha, 1989).

Com a Revolução de 1930, foi dada nova organização administrativa aos serviços públicos. Também foi redefinido a divisão territorial e administrativa dos municípios do estado do Pará, acompanhada

da reforma tributária e agrária.¹ Esse conjunto de reformas foi implementado na interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) com o respaldo do Presidente Getúlio Vargas. Entre as instituições públicas subordinadas ao governo estadual que mais receberam apoio político e recursos financeiros, destaca-se o Museu Paraense Emílio Goeldi. Buscando recuperar o status científico desta instituição, que desde 1910 estava sem fundos para empreender trabalhos científicos, fazer contratações, adquirir coleções e investir na reforma do parque, o chefe do executivo estadual ampliou seu orçamento mensal e confiou sua administração ao experiente funcionário público, Carlos Estêvão de Oliveira.

Para uma melhor compreensão do contexto histórico que o Museu Goeldi estava inserido, faz-se necessário fazer uma breve análise sobre as mudanças que ocorreram no âmbito administrativo com a transição da República “Velha” para a “Nova” República, processo esse que se fez acompanhar por intensas disputas políticas e crises econômicas. Foi organizado três tabelas (Tabelas 1, 2 e 3), contendo em cada qual um quadro demonstrativo do orçamento mensal referente as despesas da Secretaria da Instrução Pública, que anos depois veio a se tornar a Secretaria da Educação e Saúde Pública. É importante ressaltar ao leitor que a situação econômica também exerceu grande influência nas decisões de cada governo, uma vez que nem todas receberam o apoio político e financeiro que precisavam para desenvolver e ampliar suas atividades, e a situação do Museu Goeldi na administração pública foi um caso exemplar disso. Veja nas tabelas abaixo, a situação financeira desta instituição nos governos de Dionysio Ausier Bentes, Eurico de Freitas Valle e do interventor Magalhães Barata.

Tabela 1. Quadro demonstrativo das despesas públicas com a Secretaria da Instrução Pública no governo Dionysio Ausier Bentes (1928).²

Instituições públicas	Orçamento mensal
Faculdade de Direito	76:410\$000
Escola de Farmácia	27:300\$000
Ginásio Paes de Carvalho	216:756\$500
Escola Normal	107:734\$400
Instituto Gentil Bittencourt	101:523\$900
Instituto Lauro Sodré	372:162\$086
Ensino Primário	1.217:490\$288

¹ Belém, 03, 07 de janeiro de 1931. Coleção de decretos e portarias. Fundação Cultural do Estado do Pará. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

² A Tabela 1 foi elaborada a partir dos dados fornecidos pelo relatório de governo de Dionísio Ausier Bentes. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1926 pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Arquivo Público do Estado do Pará.

Museu Goeldi	40:930\$200
Biblioteca e Arquivo Público	29:723\$200
Escola de Agronomia e Veterinária	47:619\$990

Valor total das despesas: 2.237:630\$564

Tabela 2. Crise orçamentária da Secretaria da Instrução Pública no governo Eurico de Freitas Valle (1929).³

Instituições públicas	Orçamento mensal
Faculdade de Direito	32:280\$000
Escola de Farmácia	12:079\$400
Ginásio Paes de Carvalho	88:247\$800
Escola Normal	47:867\$700
Instituto Gentil Bittencourt	46:168\$400
Instituto Lauro Sodré	117:253\$950
Ensino Primário	500:129\$400
Escola de Agronomia e Veterinária	16:920\$000

Valor total das despesas: 860:946\$650

Tabela 3. Quadro demonstrativo das despesas públicas com a Secretaria de Educação e Saúde Pública na primeira interventoria de Magalhães Barata (1931).⁴

Instituições públicas	Orçamento mensal
Diretoria da Educação	89:880\$000
Faculdade de Direito	99:640\$000
Faculdade de Medicina e Farmácia	82:000\$000
Escola de Engenharia	6:000\$000
Ginásio Paes de Carvalho	313:240\$000
Escola Normal	164:480\$000
Instituto Carlos Gomes	36:000\$000
Instituto Dom Macedo Costa	378:180\$000
Instituto Gentil Bittencourt	107:850\$000
Orfanato Antônio Lemos	176:400\$000

³ A Tabela 2 foi elaborada a partir dos dados fornecidos pelo relatório de governo de Eurico de Freitas Valle.

⁴ Os dados contidos na Tabela 3 foram encontrados na Coleção de Leis e Portarias (1931).

Ensino Primário	2.597:773\$000
Biblioteca e Arquivo Público	30:310\$000
Museu Paraense Emílio Goeldi	76:180\$000
Escola Superior de Agricultura e Veterinária	58:260\$000

Despesa total: 4.213:193\$000

Ao proceder a uma análise comparativa das despesas públicas entre os anos 1928, 1929 e 1931, pude observar que algumas instituições de ensino foram mais valorizadas do que outras. Historicamente falando, o Ensino Primário, o Instituto Lauro Sodré, o Ginásio Paes de Carvalho, a Escola Normal e o Instituto Gentil Bittencourt foram os estabelecimentos educacionais paraenses tiveram condições materiais de existência e de desenvolvimento mais favoráveis. Isso pode ser constatado ao observar a elevada importância que era repassada mensalmente pelo fisco estadual ao setor administrativo de cada instituição pública citada. Ao contrário das demais instituições educacionais que tiveram vida inglória na administração pública, a exemplo do MPEG, a Escola de Farmácia (posteriormente requalificada como Faculdade de Medicina e Farmácia), o Arquivo e a Biblioteca Pública, a Escola de Agronomia e Veterinária (depois Escola Superior de Agricultura e Veterinária) e a Escola de Engenharia.

Em 1929, com o *crash* da Bolsa de Nova York e as consequências inevitáveis decorrentes deste acontecimento, os alicerces do sistema capitalista e as economias atreladas a ela foram abaladas profundamente. No Pará, esses acontecimentos adquiriram contornos específicos, pois haviam outros fatores subjacentes que corroboraram para o aprofundamento da crise econômica enfrentada pelo governador Eurico Valle e, conseqüentemente, acabaram dificultando a capacidade de recomposição orçamentária do fisco estadual, dentre os quais cabe ressaltar: a queda nas exportações do látex silvestre amazônico e as elevadas taxas a que se via obrigado o chefe do executivo estadual a pagar para abater a dívida externa que havia sido contraída junto aos bancos londrinos nos anos iniciais do governo republicano. Conforme mostra a Tabela 2, a associação desses fatores causaram uma redução substancial das despesas públicas que o governador Valle tinha com a Secretaria da Instrução Pública.

Um detalhe importante mostrado na referida Tabela 2 foi a desvinculação do Museu Goeldi da pasta da Instrução Pública. Por determinação do executivo estadual, a instituição passou a ser de responsabilidade direta da pasta Governo e Administração e teve a subvenção mensal fixada em 18:237\$600 (dezoito contos, duzentos e trinta e seis mil e seiscentos réis),⁵ isto é, uma redução em mais de 50% quando comparamos com a verba orçamentária de 1928 (Ver Tabela 1).

⁵ VALLE, E. F. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solene de abertura da 3ª reunião da 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1929, pelo governador do estado do Pará, Eurico de Freitas Valle, p. 161. Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré. Arquivo Público do Estado do Pará.

Somente a partir de 1931, a economia paraense, após suportar um pouco mais de um ano e meio de recessão econômica, começou a esboçar indícios de recuperação. Essa constatação pode ser percebida quando observamos o lento processo de recomposição orçamentária da Secretaria de Educação e Saúde Pública (Ver Tabela 3), uma das pastas mais afetadas. O Museu Paraense Emílio Goeldi, por exemplo, outrora de responsabilidade da pasta Governo e Administração em 1929, passou a ser da alçada da referida secretaria e teve o orçamento mensal elevado de 18:237\$600 para 76:180\$600 (setenta e seis contos, cento e oitenta mil e seiscentos réis).

Até aqui tentei apresentar um panorama do contexto histórico na qual o MPEG estava inserido levando em consideração aspectos políticos e econômicos. Ao longo deste capítulo será abordado de forma mais específica a trajetória de CEO⁶ como diretor do MPEG.

A gestão de Carlos Estêvão de Oliveira

A gestão de Carlos Estêvão como diretor do Museu Goeldi é um episódio obscuro na historiografia das ciências. Poucos trabalhos há que fazem referência à atuação deste intelectual no governo interventor e, menos ainda, aos projetos desenvolvidos durante a sua longa administração. O memorialista Oswaldo Cunha (1989),⁷ estabelece uma divisão histórico/temporal do Museu Goeldi, situando a gestão Carlos Estêvão como marco divisor entre um passado inglório, sem apoio político local para empreender trabalhos científicos de longa duração, e as novas condições materiais de existência que a referida instituição havia encontrado após a consolidação do novo regime republicano.

⁶ Doravante utilizarei essa sigla para me referir ao diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁷ CUNHA, Oswaldo Rodrigues. **Talento e atitude**: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

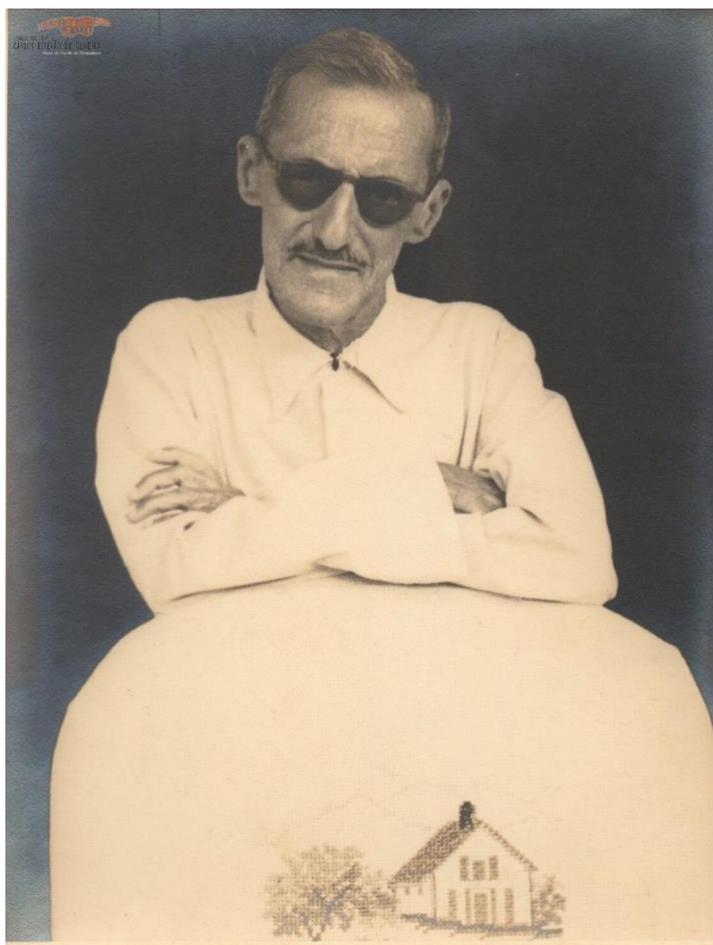


Figura 1. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi entre os anos 1930 a 1945. Fonte: Museu do Estado de Pernambuco. Data e fotógrafo não identificado. Reprodução autorizada.

Sob a gestão Carlos Estêvão, todos os setores do Museu Goeldi passaram por vários melhoramentos. Foi investido na construção da nova infraestrutura do jardim zoológico, no planejamento de uma área destinada para receber diversas espécies de palmeiras amazônicas – batizada de Palmarum –, e na formação de coleções de artefatos arqueológicos e etnológicos, coletados nas expedições realizadas pelos territórios dos estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Bahia e Minas Gerais, todas subsidiadas com recursos estaduais. Para repovoar o jardim zoológico e ampliar o orçamento da instituição, Barata determinou que todas as prefeituras municipais fizessem doações monetárias e de animais vivos, sobretudo de espécies raras e exóticas (Cunha, 1989). Durante sua administração, Carlos Estêvão também passou a comercializar animais de diferentes espécies, além de plantas e sementes. Os rendimentos gerados por essa atividade comercial ajudou a instituição a custear viagens e expedições científicas além de outras despesas. Essa medida foi adotada com o consentimento de Magalhães Barata e de José Malcher, seu sucessor no executivo estadual, num contexto em que estava sendo debatido a conservação da natureza (Franco, 2002; Franco et. al., 2009). Rafaela Paiva Costa (2014) afirma que CEO e o interventor Magalhães

Barata comungavam de ideais preservacionistas, no entanto, os registros históricos revelam o oposto do que foi sustentado por ela, uma vez que a venda de animais vivos se consolidou como prática institucional.

PREÇOS DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI		(Ano de 1939).
PARA VENDA	MAMÍFEROS	POR UNIDADE
<u>QUIMIOS:</u>		
Barrigudo cinzento (<i>Lagothrix lagotrica</i>)	200,000
Barrigudo vermelho (<i>Lagothrix infumatus</i>)	170,000
Calarára (<i>Cebus albifrons</i>)	70,000
Costá de cara encarnada (<i>Ateles paniscus</i>)	150,000
Costá preto (<i>Ateles ater</i>)	150,000
Costá de fronte branca (<i>Ateles marginatus</i>)	170,000
Costá branco (<i>Ateles variegatus</i>)	150,000
Cuxiú (<i>Pithecia satanas</i>)	150,000
Guariba preta (<i>Alouatta beelzebub</i>)	100,000
Guariba vermelha (<i>Alouatta schiulius</i>)	100,000
Macaco prego (<i>Cebus fatuellus</i>)	60,000
Macaco de choiro (<i>Saimiri sciurus</i>)	25,000
Macaco da noite (<i>Nyctipitheca azarae</i>)	70,000
Parasacú (<i>Pithecia monachus</i>)	120,000
Saguim preto (<i>Leontocobus ursulus</i>)	40,000
Saguim branco (<i>Callithrix argentata</i>)	60,000
Saguim (<i>Callithrix santarenensis</i>)	50,000
Saguim preto de bigode branco (<i>Midas mytax</i>)	70,000
Uacary vermelho (<i>Brachyurus rubicundus</i>)	150,000
Uacary branco (<i>Brachyurus calvus</i>)	200,000
Uapussá (<i>Callicebus renulus</i>)	70,000
Uacu galvão (<i>Blasodorus p...</i>)	50,000
<u>CARNÍVOROS:</u>		
Ariaranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>)	200,000
Cachorro do mato (<i>Icticyon venaticus</i>)	300,000
Costi (<i>Nasua socialis</i>)	25,000
Dominha (<i>Putorius paracensis</i>)	40,000
Furão menor (<i>Grisonia vittata</i>)	60,000
Gato mourisco (<i>Felis yaguarundi</i>)	200,000
Guaxini (<i>Procyon oncorivorus</i>)	30,000
Irará (<i>Callistis barbara</i>)	80,000
Jupará (<i>Cerculeptes caudivolvulus</i>)	40,000
Lontra (<i>Lutra paranensis</i>)	200,000
Maracajá-ssu (<i>Felis pardalis</i>)	250,000

Figura 2. Preço dos animais que eram comercializados pelo Museu Goeldi em 1939.

-2-

MAMÍFEROS:

CARNÍVOROS:

Maracajá-niry (<i>Felis marura</i>).....	70,000
Onça pintada (<i>Felis onca</i>).....	1:500,000
Onça vermelha (<i>Felis concolor</i>).....	1:200,000
Raposa (<i>Canis brasiliensis</i>).....	60,000

ROEDORES:

Acuti-purú (<i>Sciurus aestuans</i>).....	25,000
Acuti-purú-assú (<i>Sciurus variabilis</i>).....	100,000
Capivara (<i>Hydrochoerus capivara</i>).....	120,000
Coandú (<i>Cereolabes prehensilis</i>).....	40,000
Coelho do matto (<i>Lepus brasiliensis</i>).....	30,000
Coandú (<i>Cereolabes incidiosus</i>).....	40,000
Outia vermelha (<i>Aguti aguti</i>).....	30,000
Outia cinzenta (<i>Dasyprocta fuliginosa</i>).....	70,000
Outiava (<i>Dasyprocta scoubyi</i>).....	60,000
Paca (<i>Coccygenys paca</i>).....	40,000
Pacarana (<i>Dinomys branickii</i>).....	400,000

UNGULADOS:

Anta (<i>Tapirus americanus</i>).....	500,000
Caeteté (<i>Tajacu tajacu</i>).....	80,000
Queixada (<i>Dicotyles lebiatus</i>).....	90,000
Veado branco (<i>Coassus nemorivagus</i>).....	130,000
Veado vermelho (<i>Coassus rufus</i>).....	150,000
Veado galheiro (<i>Blastocerus paludosus</i>).....	600,000
Veado galheiro (<i>Blastocerus campestris</i>).....	300,000

CETÁCEOS:

Peixe-boi (<i>Manatus inunguis</i>).....	1:700,000
--	-----------

DESIDENTADOS:

Freguiça pequena (<i>Bradypus marmoratus</i>).....	25,000
Freguiça real (<i>Choloepus didactylus</i>).....	40,000
Tamanduá bandeira (<i>Myrmecophaga jubata</i>).....	300,000
Tamanduá collete (<i>Tamanduá tetradactyla</i>).....	80,000
Tatú-peba (<i>Dasyppus setosus</i>).....	20,000
Tatú verdadeiro (<i>Tatusia novemcincta</i>).....	30,000
Tatú-china (<i>Lysurus uncinatus</i>).....	50,000

Figura 3. Preço dos animais que eram vendidos pelo Museu Goeldi em 1939.

O diferencial da gestão Carlos Estêvão para as gestões anteriores, foi que nesse período o Museu Goeldi esteve bastante atuante em projetos e ações de âmbito federal, e a região amazônica a partir daquele momento passou a ser vista pelo imaginário político do novo regime republicano como “espaços vazios”. Foi convidado a participar do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB), exercendo a função de delegado do estado do Pará até 1941 e também como membro consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, na qualidade de historiador da arte, participando de

projetos voltados para a reorganização do campo patrimonial brasileiro. Também estabeleceu parceria interinstitucional com a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste desde que aderiu ao Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura, coordenado à época pelo ictiólogo Rodolpho von Ihering. O engajamento de Carlos Estêvão na política nacionalista de Vargas, possibilitou sua circulação em outros espaços institucionais, favorecendo também ao MPEG na medida que passou a estabelecer intenso intercâmbio científico com instituições e conselhos técnicos federais (Leal, 2023)⁸. Segundo Figueiredo (2001, p. 183)⁹:

Ao contrário da memória que pesa sobre esses anos, Barata tornou o Museu [Paraense], juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, uma das principais vitrines intelectuais da Amazônia, agora sob a direção do experiente servidor público Carlos Estêvão de Oliveira. Cabe aqui, no entanto, uma explicação ao leitor: a escolha de Carlos Estêvão para esse cargo esta perfeitamente integrada a um contexto mais amplo de associação e mobilização de intelectuais brasileiros com o projeto de um 'Brasil moderno', ambicionado e divulgado pelo movimento de 1930. No Pará, muitos literatos, escritores, profissionais liberais e burocratas afeitos às letras e artes embarcaram nos planos nacionalistas do governo interventor.

Em sua gestão como diretor do MPEG, CEO dedicou-se de forma absorvente aos estudos etnológicos dos povos indígenas da Amazônia e do Nordeste. No Pará, por exemplo, CEO, baseando-se no relato e na experiência coletiva dos índios Apinajés do Alto Tocantins, com os quais estabeleceu uma estreita relação, graças a mediação do etnólogo Curt Nimuendajú, produziu alguns trabalhos voltados para este ramo do conhecimento os quais foram publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Nimuendajú foi um dos principais aliados de CEO no esforço de restauração da tradição científica do MPEG em meio de uma crise econômica sem precedentes. Em sua trajetória profissional como etnólogo e coletor experiente, Nimuendajú prestou valioso auxílio ao MPEG ao reunir coleções etnológicas e arqueológicas de inestimável valor histórico e artístico e que hoje se encontram salvaguardados em seu acervo. É importante lembrar ainda que todo acervo da seção de etnografia e arqueologia desta instituição foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional em 1939 graças a articulação política de CEO que havia

⁸ LEAL, D. R. G. Trajetórias profissionais e instituições científicas na Era Vargas: a atuação científica e política de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1941). **Revista Brasileira de História das Ciências**, vol. 16, n. 1, Janeiro/Junho, 2023, p. 158-175.

⁹ FIGUEIREDO, A. M. **Parque da Cidade, Museu da Nação: Nacionalismo, Modernismo e Instituições científicas na Amazônia** (1930-1945). In: Priscila Faulhaber & Peter Mann de Toledo (Orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

estabelecido estreita relação com Rodrigo Melo Franco.¹⁰ Nimuendajú também ministrou o Curso de Etnologia entre os anos 1942 e 1943. Lygia Estêvão de Oliveira, a filha caçula de Carlos Estêvão, foi uma de suas alunas e após a conclusão do curso assumiu o cargo de auxiliar de etnologia ofertada pela instituição.¹¹

A formação e treinamento de pessoal para atuar no ramo da antropologia, e mais particularmente da etnologia, também foi uma das prioridades de Heloísa Alberto Torres em sua gestão como diretora do Museu Nacional e membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. Sob a influência de Heloísa Torres, Luiz de Castro Farias, Eduardo Galvão, Nelson Teixeira, Rubens Meanda, Pedro Lima, Tarcísio Torres Messias e Marília Alvim decidiram se consagrar profissionalmente às ciências antropológicas (Ribeiro, 2019).¹² Tal iniciativa estava intimamente atrelado ao projeto nacionalista de Vargas de profissionalização e valorização de cientistas e pesquisadores brasileiros.

No Nordeste, CEO estabeleceu contato regular com pequenos grupos indígenas que habitavam regiões interioranas situadas entre o estado de Pernambuco, Alagoas e Bahia (Cunha, 1989). Entre os grupos indígenas estudados em sua pesquisa de campo, estão incluídos os Funiô ou Carnijó de Águas-Belas, os Chucurus de Palmeiras dos Índios, Natu, Xocós, Carapotós, Naconão, Pancararus, Macarus, Geripacós e Quaças ou Ituaças de Brejo dos Padres, localizado entre Itaparica e Tacaratu (Cunha, 1989). Devido as diversas ocupações de CEO a frente do MPEG, as pesquisas de campo nesta região foram desenvolvidas apenas quando estava de licença. Veja na Tabela 4, alguns dos trabalhos etnográficos e arqueológicos produzidos na gestão Carlos Estêvão de Oliveira.

Tabela 4. Produção científica de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1940)

Os Apinajés do Alto Tocantins: costumes, crenças, artes, lendas, contos, vocabulários. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 6 (2): p. 61-110. (artigo)	1930
Uma lenda Tapuia dos Apinajés do Alto Tocantins. Revista Museu Paulista, v. 17, p. 515-517 (artigo)	1931
Os Carnijó de Águas Belas. Revista do Museu Paulista, v. 17, p. 519-527. (artigo)	1931

¹⁰ Carta enviada por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública, ao interventor federal do Pará, José Carneiro da Gama Malcher informando que o tombamento da Coleção Etnográfica e Arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi estava prevista para ocorrer em 09 de maio de 1940. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1940, ofício n. 0130. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹¹ Contratação de Lygia Estêvão de Oliveira para assumir o cargo de Auxiliar de Etnologia no Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 02 de janeiro de 1942. Arquivo Público do Estado do Pará. Departamento de Serviços Públicos correspondente ao ano de 1942.

¹² Miglievich-Ribeiro, A. M. Revisitando o Museu Nacional e a história da Antropologia no Brasil pelas mãos de Heloísa Alberto Torres. Revista: **Política e Sociedade** – Florianópolis –, vol. 18, n. 41, p. 27-59, Jan./Abril, 2019.

A mentalidade de nosso povo vista através do folclore: crônica de la expedicion Iglesias al Amazonas. Madrid (livro)	1934
Resumo histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. Revista Serviço de História da Arte Nacional, Rio de Janeiro, v. 2, p. 7-19 (artigo)	1938
A cerâmica de Santarém. Revista Serviço de História da Arte Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, p. 7-32. (artigo)	1939
O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica, e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do Nordeste. Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro. (14/15), p. 151-240 (artigo)	1942
O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica, e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do Nordeste. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, v. 38, p. 146-175. (artigo)	1943

De acordo com o memorialista Oswaldo Cunha (1989), CEO conseguiu formar uma coleção particular de objetos e artefatos indígenas com o auxílio de Curt Nimuendajú e de outros coletores cuja identidade foi invisibilizada nos registros históricos. Em sua totalidade, a referida coleção possui 3.189 peças etnológicas e arqueológicas e eram procedentes de 54 grupos étnicos, entre os quais estavam incluídos 14 peças dos índios Urubu-Kaapor (Rio Gurupi, Maranhão), Tukuna (Alto Solimões, Amazonas). Também faz parte desta coleção, peças esculpidas, contendo 406 miniaturas de figuras antropomórficas. Na coleção de cestaria, consta objetos que pertenceram aos Canelas orientais do Maranhão, e as do índios Paracutó, Rio Jamundá e Pará. O acervo museológico possui ainda objetos cerimoniais dos índios, máscaras, bastões de dança, ornamentos corporais, com destaque para a máscara dos Tukuna e os colares dos Apinajés. A coleção de armas está constituída por machados de pedra, arcos, flechas, tacapes, zarabatanas e lanças com 844 exemplares, dentre os quais merece destaque os arcos dos Assurini e dos Apalaí. Na coleção de tecidos, aparecem descritos redes, tangas, braçadeiras, saias, sendo que, parte destes utensílios pertenciam aos índios Urubu-Kaapor, dos Masakari da Bahia e de Minas, dos Apiaká do Rio Tapajós e dos Tukuna do Alto Amazonas. No inventário da coleção de instrumentos musicais estão listados exemplares de percussão e sopro, acompanhados de tambores, chocalhos, maracás, buzinas, apitos, flautas transversais e do tipo pan, na qual se incluem objetos pertencentes outrora dos índios Tukuna e Gavião. Após o falecimento de CEO, a família doou toda coleção para o acervo do Museu do Estado de Pernambuco.

Considerações finais

Durante a Era Vargas, o MPEG se envolveu em diversos projetos de âmbito federal. Os trabalhos etnográficos e arqueológicos desenvolvidos ao longo da gestão de Carlos Estêvão de Oliveira a frente desta instituição fazem parte de um contexto mais amplo de associações. Como membro do Serviço do Patrimônio

Histórico Artístico Nacional e do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, CEO emvidou esforços para estabelecer uma coerência entre a agenda científica da instituição e as políticas culturais que estavam sendo implementadas naquela conjuntura política. Buscava-se, através desse conjunto de iniciativas, resguardar a unidade histórica, patrimonial e cultural do país.

Estava entre as preocupações do novo governo impedir a evasão de espécimes zoológicas, botânicas, mineralógicas, paleontológicas, arqueológicas e etnológicas existentes no território brasileiro, por esse motivo, instituiu o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. Em consequência do surgimento deste órgão federal e das novas diretrizes estabelecidas pela mesa diretora, nenhuma expedição estrangeira poderia entrar no território brasileiro sem a devida autorização. Grupioni (1998) afirma que a atribuição deste órgão federal não se limitou apenas em deferir ou indeferir a entrada de expedições estrangeiras no Brasil, mas também acompanhava de perto as incursões ou obtinha informações através de um complexo sistema de delegacias, da qual fazia parte o MPEG.¹³

Sobre o autor

Diego Rodrigo Guimarães Leal

diego.leal1205@gmail.com

¹³ GRUPIONI, L. D. B. **Coleções e expedições vigiadas**: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.